



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano
CNPJ: 21.231.975/0001-09

PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DE CONSELHEIRO TUTELAR - EDITAL 001/2018

CADERNO DE PROVAS – PROVA OBJETIVA

Antes de iniciar a prova, leia atentamente as instruções a seguir e aguarde a ordem do Aplicador para iniciar a Prova.

1. Este caderno contém 35 (trinta e cinco) questões em forma de teste.
2. Cada questão contém 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E) das quais somente uma deverá ser assinalada.
3. A prova terá duração de 02 (duas) horas.
4. Após o início da Prova, você deverá permanecer na sala no mínimo 1:30 (uma hora e trinta minutos) e não poderá levar consigo este caderno de questões.
5. Você receberá do Aplicador juntamente com este Caderno de Questões uma Folha de Respostas.
6. Leia atentamente cada questão e assinale na Folha de Respostas a alternativa que responde corretamente a cada uma delas. A Folha de Respostas será o único documento válido para a correção. O preenchimento da Folha de Respostas e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá em hipótese alguma a substituição da Folha de Respostas.
7. Observe as seguintes informações relativas à Folha de Respostas:
 - a. A maneira correta de marcação das respostas é assinalar, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - b. Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma alternativa, e as emendadas ou rasuradas.
 - c. Responda a todas as questões. Para cômputo da nota, serão considerados apenas os acertos.
8. A última folha do Caderno de Questões estará em branco e caberá ao candidato anotar na mesma suas respostas e destacá-la para futura consulta ao gabarito.
9. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no Caderno de Questões.
10. Após identificado e instalado na sala, o candidato não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova, bem como durante a sua realização.
11. Durante a realização da prova objetiva não serão permitidas consultas bibliográficas de qualquer espécie, nem a utilização de máquinas calculadoras ou equipamentos eletrônicos.
12. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue a Folha de Respostas e a prova escrita.
13. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao aplicador o Caderno de Questões e a Folhas de Respostas.
14. Após a entrega da folha de respostas, o candidato deverá sair da sala e aguardar o chamado para a Prova Subjetiva.

A Associação Fábrica de Conquistas deseja a você uma boa prova!



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano
CNPJ: 21.231.975/0001-09

CONHECIMENTOS GERAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 – A Constituição Federal estabelece que “a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial”. Baseado nessa disposição, assinale a afirmativa correta:

- a) O conselheiro tutelar poderá entrar na casa de uma família para apurar uma denúncia de negligência, independentemente do consentimento dos moradores;
- b) O conselheiro tutelar não poderá entrar numa casa quando não tiver o consentimento dos moradores, quaisquer que sejam as circunstâncias.
- c) O conselheiro tutelar que for chamado pela vizinhança para prestar socorro a adolescente vítima de agressão, não poderá entrar no imóvel se a denúncia ocorrer em horário noturno.
- d) O conselheiro tutelar poderá adentrar em imóvel, sem o consentimento dos moradores, se houver necessidade de prestar socorro a criança ou adolescente, em horário noturno;
- e) O conselheiro tutelar possui autoridade para entrar em qualquer residência, a qualquer hora do dia ou da noite, para verificação de fatos e denúncias.

02 – A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, sem necessidade de comprovação de não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano

CNPJ: 21.231.975/0001-09

03 – A Constituição Federal garante a inviolabilidade à liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Baseado nessa disposição, podemos afirmar que:

- a) Essa inviolabilidade não se aplica às religiões afrodescendentes, uma vez que não são religiões brasileiras;
- b) A liberdade de consciência e de crença se aplica apenas aos adultos, devendo as crianças e os adolescentes seguir a religião que lhes for imposta;
- c) Os locais de culto devem ser respeitados, desde que sejam cristãos;
- d) O livre exercício dos cultos bem como a proteção aos locais de culto e suas liturgias é inviolável, independentemente da crença professada;
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

04 – Nos termos do que dispõe o Art. 227, da Constituição Federal, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, exceto:

- a) o direito à vida, à saúde e à alimentação;
- b) o direito à educação, ao lazer, à profissionalização e à cultura;
- c) o direito à dignidade, ao respeito e à liberdade de escolha, ainda que essa escolha o coloque em risco;
- d) colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- e) o direito à convivência familiar e comunitária.

05 – As medidas privativas de liberdade aplicadas ao adolescente infrator devem: obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

- a) ser excepcionais e respeitar a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- b) ser equiparadas as penas de privação de liberdade dos adultos;



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano

CNPJ: 21.231.975/0001-09

- c) respeitar a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, mas serem aplicadas em todos os casos;
- d) Ser extintas, uma vez que os adolescentes não podem ser responsabilizados;
- e) Ser tratadas como regras, uma vez que o índice de envolvimento de adolescentes em crimes é alto.

LINGUA PORTUGUESA

06 – As condições de vida dos grupos humanos _____ especialmente pela existência de um sistema de transporte _____. Assinale a alternativa com as palavras que completam corretamente a frase:

- a) é influenciada – eficaz;
- b) é influenciada – eficazes;
- c) são influenciados – eficazes;
- d) são influenciado – eficaz;
- e) são influenciadas – eficaz.

07 – Considere as palavras abaixo e marque a alternativa que aponte a separação silábica correta.

Psicossocial e traído:

- a) Psi-cos-so-ci-al / tra - í -do;
- b) P-si-cos-so-cial / tra - í- do;
- c) Psi – co – sso- ci - al / traí - do;
- d) P si – co – sso - cial / tra – í - do
- e) Psi- co – sso – ci - al / traí - do

08 – Todas as alternativas abaixo retratam exemplos de palavras que são antônimas, exceto:

- a) linda / bonita;
- b) livre / preso;
- c) quente / frio;



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano
CNPJ: 21.231.975/0001-09

- d) vazio / cheio;
- e) alto / baixo.

09 – Assinale a alternativa que responde corretamente a seguinte pergunta:

“O substantivo que significa aquilo que se desvia ou exclui de regras e padrões é?”

- a) excessão;
- b) exceção;
- c) esseção;
- d) excessão;
- e) exseção.

10 – Leia o texto atentamente:

Toda criança do mundo deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo
Contra os rigores da vida.
Criança tem que ter nome
Criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome
Ter segurança e estudar.
Não é questão de querer nem questão de concordar
Os direitos das crianças todos tem de respeitar.
Direito de perguntar... ter alguém pra responder.
A criança tem direito de querer tudo saber.
A criança tem direito até de ser diferente.
E tem que ser bem aceita seja sadia ou doente.

Considerando o texto de Ruth Rocha, assinale a alternativa errada:

- a) A autora defende que toda criança deve ser ouvida porém não atendida;
- b) A autora afirma que os direitos das crianças devem ser respeitados apenas se nós concordemos com elas;
- c) Todas as crianças devem ser respeitadas e protegidas, exceto as doentes;



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano

CNPJ: 21.231.975/0001-09

- d) Para a autora, todas as crianças têm direitos mas elas não podem querer ou discordar;
- e) A autora defende que toda criança deve ser protegida, ter seus direitos respeitados e ser aceita pelo que é, seja diferente, sadia ou doente.

INFORMATICA

11 – Qual a sequência de teclas utilizadas no teclado para selecionar um texto inteiro?

- a) Ctrl + T;
- b) Alt + A;
- c) Ctrl + E;
- d) Ctrl + C;
- e) Alt + E.

12 – Você vai imprimir um formulário para uma mãe preencher no Conselho Tutelar mas, ao abrir o arquivo no computador, que está em Word, percebe que o documento está salvo no modo Paisagem e você precisa do formulário no modo Retrato. Quais menus devem ser utilizados para alterar o documento?

- a) Pagina Inicial/ Configurar página/Orientação/Retrato;
- b) Layout/Configurar página/Orientação/Retrato;
- c) Configuração de Página/Orientação/Retrato;
- d) Layout/Parágrafo/Orientação/Retrato;
- e) Nenhuma das alternativa acima.

13 – Como é chamada a pasta onde ficam armazenados os e-mails recebidos, com informações sobre dia e hora de chegada?

- a) Itens Enviados;
- b) Caixa de saída;
- c) Caixa de entrada;
- d) Itens Excluídos;
- e) Rascunho.



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano

CNPJ: 21.231.975/0001-09

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS:

LEI DE CRIAÇÃO DO CMDCA – LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

14 – Os Serviços de Proteção Social da Assistência Social estão divididos em Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Os Serviços de Proteção Social Especial se subdividem em Serviços de Média e Alta Complexidade. Marque, dentre as alternativas, qual serviço se enquadra como Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Fortalecimento de Vínculos;
- b) Centro de Referência Especializado em Assistência Social;
- c) Serviços de Acolhimento Institucional;
- d) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

15 – O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família está inserido em qual Equipamento Social?

- a) CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
- b) CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;
- c) Serviço de Acolhimento Institucional;
- d) Conselho Tutelar;
- e) PSF – Programa Saúde da Família.

16 – De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social, a Assistência Social tem as seguintes diretrizes, exceto:

- a) Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano
CNPJ: 21.231.975/0001-09

- b) Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- c) centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;
- d) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- e) Não centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

17 – Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas:

- a) Com ou sem fins lucrativos, atuam na defesa e garantia de direitos;
- b) Sem fins lucrativos, prestem serviços à comunidade nas áreas de saúde, esporte, cultura, lazer e educação;
- c) Com ou sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestem atendimento a população em geral;
- d) Sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Orgânica de Assistência Social, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
- e) Nenhuma das respostas anteriores,

18 – Qual das afirmativas abaixo não corresponde aos objetivos da Assistência Social?

- a) a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos;
- b) a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- c) a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;
- d) atendimento psicoterapêutico ambulatorial;
- e) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano

CNPJ: 21.231.975/0001-09

19 – Compete aos Municípios para o cumprimento da Lei Orgânica de Assistência Social:

- a) destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;
- b) efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;
- c) executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- d) atender às ações assistenciais de caráter de emergência;
- e) todas as respostas anteriores.

20 – Qual das alternativas abaixo não retrata a exigência normativa para funcionamento dos serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes:

- a) Devem acolher ambos os sexos, respeitando a idade de 0 a 17 anos e 11 meses;
- b) Não devem separar grupos de irmãos;
- c) Devem intervir e direcionar as práticas religiosas internas;
- d) Não devem funcionar em regime de internato;
- e) Devem priorizar o trabalho que garanta a convivência familiar e comunitária.

21 – Com base no Art.19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança ou adolescente inserido no acolhimento institucional deve ter sua situação reavaliada:

- a) A cada 3 meses;
- b) A cada 6 meses;
- c) A cada 12 meses;
- d) A cada 18 meses;
- e) A cada 24 meses.

22 – A gestante ou mãe que manifestar o interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, deve ser encaminhada imediatamente para:

- a) Justiça da Infância e Juventude;
- b) Para a delegacia;



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano
CNPJ: 21.231.975/0001-09

- c) Para o conselho tutelar;
- d) Para o serviço de acolhimento institucional;
- e) Para o Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

23 – Assinale a autoridade competente para aplicar as medidas de perda ou suspensão do poder familiar:

- a) Promotor de Justiça;
- b) Juiz da Infância e Juventude;
- c) Defensor Público;
- d) Conselheiro Tutelar;
- e) Delegado de Polícia, após instaurar inquérito policial.

24 – Conforme o Art. 15 e 16 do ECA, a criança e o adolescente tem direito a liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, garantidos pela Constituição Federal. Essas garantias abrangem os direitos abaixo elencados, exceto:

- a) Opinião e expressão;
- b) Crença e culto religioso;
- c) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- d) Educação de qualidade;
- e) Benefícios da Assistência Social desde que não seja adolescente infrator.

25 – As entidades governamentais e não governamentais de atendimento de crianças e adolescentes, serão fiscalizadas pelo:

- a) Judiciário;
- b) Ministério público;
- c) Conselhos Tutelares;
- d) Todas as anteriores;
- e) Nenhuma das anteriores.



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano

CNPJ: 21.231.975/0001-09

26 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
- b) Será proibida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.
- c) O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.
- d) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- e) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

27 – Sobre o instituto da Adoção, assinale a alternativa incorreta:

- a) A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa;
- b) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil;
- c) Não há necessidade de consentimento da criança ou adolescente para que ele seja adotado;
- d) O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos;



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano
CNPJ: 21.231.975/0001-09

e) A alimentação do cadastro nacional de adoção e a convocação criteriosa dos postulantes à adoção serão fiscalizadas pelo Ministério Público.

28 – Não será dado registro a entidades de atendimento de crianças e adolescentes que apresentem as seguintes características:

- a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- c) esteja irregularmente constituída;
- d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas;
- e) todas as respostas anteriores.

29 – O Conselho Tutelar deve aplicar aos pais ou responsáveis, as medidas previstas no Art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, exceto:

- a) perda da guarda;
- b) encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família;
- c) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- d) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- e) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar;

30 – Dentre as atribuições do Conselho Tutelar, não se enquadra:

- a) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- b) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano

CNPJ: 21.231.975/0001-09

- c) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- d) acompanhamento familiar e realização de visitas domiciliares;
- e) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

31 – O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, podemos afirmar que:

- a) O Conselho Tutelar está subordinado aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- b) O Conselho Tutelar não está subordinado a nenhum órgão, podendo tomar decisões livremente, sem submissão ou revisão por outro órgão do Sistema de Garantia de Direitos;
- c) O Conselho Tutelar tem independência para trabalhar e requisitar serviços mas suas decisões podem ser revistas judicialmente;
- d) O Conselho Tutelar poderá ser fechado provisoriamente, por decisão do executivo;
- e) O Conselho Tutelar deve zelar apenas pelo direito da criança e do adolescente, sem necessidade de escutar e encaminhar as demandas da família.

32 – Qual das afirmativas está incorreta?

- a) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal;
- b) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência;
- c) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, excluindo-se os filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade;



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano

CNPJ: 21.231.975/0001-09

- d) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento, à Justiça da Infância e da Juventude;
- e) A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança

33 – O atendimento prioritário, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, da criança e do adolescente compreende, exceto:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) primazia no recebimento de órgãos, no caso de transplantes;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- e) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

34 – Nos termos do dispõe a Lei Municipal 3808/2015, o conselheiro tutelar estará impedido de atuar no caso quando:

- a) a situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- b) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- c) algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- d) tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados;
- e) todas as respostas anteriores.

35 – Sobre a autorização para criança e adolescente viajar, marque a afirmativa incorreta:



Produzindo diferentes formas de cuidar do humano

CNPJ: 21.231.975/0001-09

- a) A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
- b) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos;
- c) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.
- d) A autorização não será exigida quando a criança estiver acompanhada de um adulto, sendo que nesse caso não há a necessidade de comprovação de parentesco nem exigência de autorização dos pais.
- e) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.